

A Energia do Desenvolvimento

A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, disse que o governo Lula retomou a Política Integrada de Energia desmontada pelo governo FHC e garantiu que o País não terá problemas de racionamento até pelo menos o final da década. Ela também falou como a energia pode ser um fator de desenvolvimento e inclusão social. Leia a seguir um resumo de sua palestra.

Mercado não pode regular energia

Estamos recuperando uma política integrada de energia, que foi desmontada pelos governos passados. Esse planejamento integrado não pode ser feito sem a presença do Estado. Ele é incompatível com a visão de que o mercado vá regular a energia. Essa é uma visão curta, que não trata a energia como um bem público.

Aqui no Brasil, o planejamento foi desmontado e não se providenciou acesso para 12 milhões de pessoas que hoje não têm energia elétrica.

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos é o grande compromisso do nosso Ministério. A meta é levar energia em cinco anos para 12 milhões de pessoas que hoje vivem sem energia elétrica, sendo que 58% delas estão no Nordeste e 25% no Norte.

O programa vai beneficiar 550 mil pessoas até o próximo ano e estará criando 115 mil empregos diretos e indiretos. É um programa estratégico, de inclusão social.

Combustível competitivo

Somos o único País que tem o álcool etanol, um combustível vegetal. Isso faz a diferença e traz enorme competitividade. Em novembro vamos lançar programa incentivando o produtor de óleo vegetal a ser também produtor de biodiesel. Queremos que até 2008 a mistura de biodiesel no diesel de petróleo al-



A cada assunto abordado, Dilma Rousseff mostrou números e dados do setor energético

cancela 5%. Um dos projetos prevê a extração do biodiesel álcool a partir de mamona plantada no semi-árido, levando uma nova opção de agricultura a áreas pobres, beneficiando também o pequeno produtor.

Diversificação da matriz

Estamos lançando o Programa de Diversificação de Matriz Energética, que busca alternativas como a energia eólica, que usa os ventos, ou a biomassa, com bagaço de cana, resíduo de madeira etc, que vão formar pequenas centrais elétricas. É um programa que vai gerar 150 mil empregos.

Consciência e consumo

O fornecimento esteve razoavelmente seguro até os apagões e o racionamento em 2001 e 2002. A partir daí a sociedade tomou consciência do problema. Com o racionamento, a população teve de resolver um problema que era do governo. Com o aumento da consciência, houve uma redução de 20% do consumo de energia elétrica, que se manteve mesmo depois de terminado o racionamento.

Planejamento com objetivos

Redefinimos as propostas de

ações para recompor a capacidade de planejamento, com destaque ao setor hidroelétrico, com três objetivos:

- promover e garantir o abastecimento energético, com o entendimento que o governo é responsável pelo sistema.
- assegurar a menor tarifa possível, a mais barata e compatível com o uso das diferentes fontes de energia, de modo que permita a expansão do sistema.
- ter um marco regulatório estável, que é prever todo o sistema na lei e não através de regulamentação pela Agência Nacional de Energia.

Planejamento com diretrizes

Vamos retomar o planejamento com as seguintes diretrizes:

- não trabalhar com a possibilidade de racionamento. Isto significa que as distribuidoras precisam ter 100% do consumo lastreada em usinas concretas.
- toda energia será publicamente contratada, com leilão público, pois assim o preço é formado com transparência, onde o critério é o de menor tarifa. E só vai a leilão para obter a concessão a empresa que já tiver a licença ambiental do projeto.

INGLÊS

Curso nas Regionais e em São Bernardo

Terminam sábado as inscrições para os cursos de inglês no Sindicato, em vários horários e dias da semana, inclusive aos sábados. As aulas serão nas Regionais Diadema e Santo André. Em São Bernardo serão na Avenida Índico, 535. Turmas separadas por faixa etária e mensalidades de R\$ 25,00. Informações nos telefones 3439-1382 e 3439-3563.

UNIVERSIDADE PÚBLICA

Audiências continuam

Prosseguem amanhã, na Câmara de Vereadores de São Bernardo, a partir das 15h, as audiências públicas que são realizadas nas sete cidades da região para debater a implantação da Universidade Pública do ABC. O objetivo do encontro é recolher contribuições da população para a definição do formato da universidade.

O governo já enviou o projeto de lei que cria a universidade para o Congresso. Quando concluída, ela vai atender 20 mil alunos em curso de graduação e 3.500 em cursos de pós-graduação.

CURSOS SINDICATO/SENAI

Inscrições em Diadema

Estarão abertas entre os dias 25 e 27 as inscrições aos cursos conveniados com o Senai que o Sindicato oferece aos sócios e dependentes na Regional Diadema. As aulas serão de Matemática, Trigonometria, Desenho Mecânico, Controle de Medidas, Eletricista Instalador e Comandos Elétricos.

O sócio precisa levar a carteirinha, último holerite e xerox do RG. Os desempregados devem levar a carteira profissional, antigo cartão de sócio e xerox do RG. Informações pelo telefone 4066-6468.

Tribuna Metalúrgica



Nº 1871 - Quarta-feira, 11 de agosto de 2004

Desenvolvimento só se conquista com a participação da sociedade

Os governos sozinhos não conseguirão dar conta das demandas sociais. É necessária a participação da sociedade nas mais variadas parcerias, cobrando, propondo e participando de políticas públicas.

Esse foi o censo comum do pai-

nel *Parcerias para o Desenvolvimento*, que na noite de segunda-feira abriu o ciclo de debates **O ABC Pensa o Futuro: Estratégias para o Desenvolvimento Regional e Nacional** realizado pelo Sindicato para debater as 8 Metas do Milênio.

Já no painel *Energia do Desenvolvi-*

mento, realizado ontem pela manhã, a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, disse que o Brasil tem energia para garantir o desenvolvimento pelo menos para essa década.

Leia nas páginas 2, 3 e 4 um resumo dos debates.



Tarso Genro hoje, às 18h, na Sede

Educação como estratégia de desenvolvimento é o tema do quarto e último painel do ciclo de debates. O ministro da Educação, Tarso Genro, discute com a presidente do Consórcio

de Prefeitos do ABC e prefeita de Ribeirão Pires, Maria Inês Soares; o diretor do Sistema Educacional Singular, Egídio Blumetti; e o jornalista Celso Teixeira, da TV Record.

NOTAS E RECADOS

Penas de morte, não
Preso há cinco anos, aos 17, e condenado à morte, americano deficiente mental foi solto após exame de DNA provar que não era o criminoso procurado.

Suicídio também não
O governo da Austrália quer proibir as salas suicidas de bate-papo na internet, usadas para aconselhar ou incitar o suicídio.

Prevenção
Absurdos como estas salas ocorrem pela ausência de regulação dos meios de comunicação. Medida que nada tem a ver com censura.

E aí, Alckmin?
Trabalhadores na TV Cultura tiram a emissora do ar entre 0h às 23h59 de amanhã. Querem que o governo do Estado pague os dissídios atrasados desde maio de 2003.

Rock é grana
Custou R\$ 45 milhões a mansão que a roqueira canadense Avril Lavigne, de 19 anos, comprou após deixar a casa dos pais para morar sozinha.

Pra quê?
O palácio tem 7 quartos, 10 banheiros, uma piscina, um spa, 7 lareiras e uma casa noturna com capacidade para 100 pessoas.

Me engana que eu gosto
O presidente do Itaú, Roberto Setubal, entrou na Justiça contra a CPI do Banestado por ter quebrado seu sigilo fiscal. Ele garante que nada tem a esconder. Só está indignado com a CPI.

Tá certo!
Dois anos de Lei Seca fizeram os homicídios caírem 40% em Diadema.

Recuperação
Pesquisa da Censur revela que a avaliação do governo reverteu a tendência de queda dos últimos meses e subiu 9 pontos. A aprovação do presidente Lula aumentou 4 pontos.

Temos que cobrar, propor e participar

Um resumo da exposição de cada participante do painel Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Por relações comerciais justas e com contrapartidas sociais

José Lopez Feijóo, presidente do Sindicato.

Dentro do tema desta mesa, parcerias para o desenvolvimento mundial, eu pergunto: é possível discutirmos relações comerciais justas, se existem mercadorias feitas com mão-de-obra infantil ou escrava?

É possível numa época que a tecnologia está tão avançada e que existe acúmulo de riquezas que poderiam proporcionar uma boa divisão de renda, as empresas fazerem chantagem social como na Europa, querendo reduzir salários e aumentar as jornadas?

Se for num comércio global justo é evidente que não! Por isso, uma parceria mundial para o desenvolvimento deve levar em conta essas questões.

Um comércio justo e um mundo melhor só vamos construir se tivermos consciência da cidadania, se fizermos nossa parte exigindo

que os estados assumam o combate à miséria.

Quando o presidente Lula lançou o programa Fome Zero, imediatamente os metalúrgicos deram uma demonstração que é possível participar, mesmo que modestamente.

Doamos 530 cisternas. Só que o Brasil tem 14 mil sindicatos. Se cada um doasse uma cisterna, seriam 14 mil.

Não tem progresso econômico se não vier ligado ao progresso social. Não adianta qualquer programa de desenvolvimento se não vier acompanhado de contrapartidas sociais, de emprego e qualidade de vida.

Então, uma parceria para o desenvolvimento tem de levar, no mínimo, estes elementos em consideração. E nós estamos na linha de frente dessa batalha por um mundo melhor.

Existem recursos para os problemas

Oded Grajew - Instituto Ethos (que reúne empresas com responsabilidade social).

Entramos em desespero quando pensamos em resolver todos os nossos problemas. Os recursos existem.

A Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que 50 bilhões de dólares seriam suficientes para acabar com a fome e a miséria no mundo, o primeiro ponto das metas do milênio. Não importa qual é o custo.

O fato é que as despesas militares em todo o mundo custam 900 bilhões de dólares todo ano. Só a guerra no Iraque custou 80 bilhões

de dólares. O que estamos fazendo aqui hoje e em toda a Semana Nacional Pela Cidadania e Solidariedade é que nossas prioridades são outras e que os recursos que temos devem ser gastos para erradicar a pobreza.

Nós temos uma arma fantástica nas mãos que é o nosso poder de consumidores. Na hora que decidimos comprar produtos socialmente responsáveis, que não usam mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, de empresas que respeitam os direitos dos trabalhadores, muita coisa começará a mudar.

Acho que essa deve ser a pauta dos trabalhadores.



Marinho, presidente da CUT, a jornalista Tereza Cruvinel, Feijóo, Carlos Lopes, José Tubino e Oded Grajew abrem o ciclo de debates na noite da última segunda-feira

Uma outra visão para a ONU, do desenvolvimento humano

Carlos Lopes - representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O conceito de cooperação nasceu com a fundação da ONU logo após o final da segunda guerra, quando os Estados Unidos passaram a ajudar a reconstrução da Europa (plano Marshal).

Só que foi criado o conceito de cooperação técnica e para a Europa. É um conceito manco porque esqueceu-se o resto do mundo.

Foi recentemente, nos anos 90, que a ONU adotou o conceito do desenvolvimento humano, que foi introduzir no elemento econômico os componentes sociais. As Oito Metas do Milênio só foram aprovadas como elemento de troca para aprovação do Protocolo de Kioto, que prevê a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera.

Por isso, é necessária mobilização

social para a implantação de políticas públicas. O desenvolvimento só existirá se conseguirmos alargar as possibilidades e as escolhas de cada um.

Aqui temos estados desenvolvidos e outros não. Se fizermos as médias de desenvolvimento, elas não refletirão o Brasil real que ainda não tem acesso educação e ao saneamento, por exemplo.

O Brasil precisa de parcerias de solidariedade e parcerias globais. O Sindicato mostra liderança quando assume esse compromisso e quando consegue eleger um líder para o Brasil que, digo, tornou-se um líder mundial no combate a fome e a miséria.

A democracia sem cidadania é apenas um evento que oferece oportunidade das pessoas votarem. Temos de rever o conceito de democracia, completá-la, carregar nas teclas positivas e ter utopia. As utopias são geradoras de energia.

Falta vontade política para chegar as 8 Metas

José Tubino - representante da Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas (FAO-ONU) no Brasil.

Há dois anos, quando fizemos na ONU uma avaliação do andamento das 8 Metas do Milênio para 2015, vimos um resultado frustrante.

Sem uma aliança internacional entre países e as parcerias entre sociedade civil e os estados, dificilmente chegaremos a 2015 atingindo as 8 metas.

Isso por duas causas. A primei-

ra é que falta vontade política. A segunda é a falta de recursos para esse tipo de desenvolvimento.

Índia e China têm políticas para acabar com a fome. Os dois países tem metade da população mundial. Se eles conseguirem atingir o objetivo, na média o mundo terá chegado nas metas.

Mas, e o restante dos países? O mundo tem 840 milhões de desnutridos crônicos que não terão capacidade biológica, terão uma limitação para a vida porque não têm acesso a direitos básicos.

O painel *Acabar com a Fome e a Miséria*, programado para hoje, às 16h, foi cancelado por problemas na agenda do ministro Patrus Ananias.

CONFIRA SEUS DIREITOS

Salário maternidade, um direito de todas as gestantes

Determinados direitos garantidos pela Constituição Federal têm elevado alcance social que dispensam o preenchimento de requisitos para a sua concessão.

Foi com esse espírito que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro, que determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o pagamento do salário-maternidade às mulheres gestantes, **independente de vínculo empregatício ou de filiação ao sistema previdenciário.**

Essa decisão tem alcance nacional, o que beneficia todas as mulheres nessa situação. O INSS contesta e diz que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Seus argumentos começam pela ausência de previsão de custo, já que para cada benefício concedido se faz necessária uma fonte de custeio, segundo o que prevê a legislação previdenciária (Leis nº 8.212 e 8.213, de 1991).

Pela ausência de recursos, o que poderia trazer prejuízos às contas públicas, o INSS entende que a decisão é inconstitucional.

O STJ, porém, entende que a decisão não trará prejuízo ao orçamento do governo, e o Estado é responsável por garantir condições dignas de saúde a todos, gestantes incluídas. O benefício em questão é universal, independe de requisitos prévios. Com certeza é uma questão que vai ter desdobramentos futuros. Vamos aguardar.

Telefonias

Como os questionamentos no Departamento Jurídico continuam quanto às ações contra as empresas de telefonia, retomamos o assunto para esclarecer que a posição tomada pelo Sindicato é de aguardar um melhor posicionamento da Justiça, após o fim da greve dos funcionários do Judiciário.

Se realmente prevalecer o entendimento de que as mensalidades já pagas anteriormente podem ser cobradas em processos judiciais, com certeza ofereceremos esse serviço jurídico aos nossos associados.

Na oportunidade estaremos divulgando a forma como isso se dará. Por enquanto, sugerimos não tomar nenhuma atitude e aguardar a efetividade da liminar já concedida para não proceder a cobrança de mensalidades futuras.

Departamento Jurídico